

Ata n° 003/2019 da Audiência Pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre de 2018

Aos 26 (vinte e seis) dias, do mês de fevereiro, do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 19h40, em sede própria, reuniram-se autoridades municipais, vereadores e comunidade para a 3ª Audiência Pública do ano de 2019. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Boa noite a todos e todas! Nós vamos dar início a nossa audiência pública. Meu nome é Mauro Gomes Piauí, sou secretário de planejamento do município de Barra do Garças. Nós estamos hoje aqui para apresentar a avaliação do cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2018 da Prefeitura Municipal de Barra do Garças. Então, nós vamos analisar alguns aspectos. Essa audiência é primordialmente apresentada aqui na câmara municipal em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós temos que apresentar, no mês de fevereiro, o último quadrimestre perante a comissão de orçamento e finanças da câmara municipal. Então, eu gostaria de agradecer a presença de todos, em especial os alunos de contabilidade das FACULDADES CATHEDRAL e também os alunos do curso de contabilidade em ciências contábeis do UNIVAR. Agradecer a presença de vocês, dos professores, alunos. Agradecer e registrar a presença do vereador, nosso companheiro, Alex Matos, presidente da comissão de turismo e desenvolvimento sustentável, é isso, que está presente, também professor, muito obrigado! E nós vamos passar logo imediatamente, então, a nossa apresentação. Como eu já disse, a demonstração do terceiro quadrimestre de 2018, os últimos quatro meses da administração municipal. Então, os princípios disso aqui é tornar público tudo que é público, ou seja, o dinheiro, os recursos que o município arrecada de todo cidadão. Isso está estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, amplo acesso público, inclusive por meio de acesso eletrônico: PPA, LDO, LOA, prestação de contas, relatórios, entre outros, audiências públicas, acompanhamento das metas e a participação popular no processo orçamentário. Tudo isso a gente tem tentado fazer ao longo desse espaço que a gente está lá na secretaria. Então, nós já estamos fazendo essa audiência de acompanhamento das metas. No próximo dia 20 de março, nós vamos estar fazendo a audiência pública aqui para discutir os projetos e acolher também as sugestões da comunidade para a LDO de 2019, então a Lei Diretrizes Orçamentária. Desde já vocês todos sintam-se convidados, porque lá nós vamos estar fazendo o exercício mesmo de planejar o nosso orçamento. Depois que nós realizarmos a LDO, nós fizermos nossa audiência, nós vamos encaminhar um projeto para a câmara municipal, que ela vai aprovar a Lei Diretrizes Orçamentária. Ela tem até o mês de junho/julho para aprovar. Posterior

à aprovação da LDO, nós já vamos dar início ao trabalho de elaboração da Lei Orçamentária Anual para 2020. A LDO também, eu falei dezoito, mas é para 2020. Então, aprovou a Lei Diretrizes Orçamentária, aí nós vamos fazer o orçamento e também vamos fazer uma audiência pública aqui convidando toda a comunidade para acolhermos as suas sugestões. Então, essa aqui é a base legal da Lei Complementar, o parágrafo quarto do artigo nono: “até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública na comissão referida no parágrafo primeiro do artigo 166 da Constituição Federal ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”. Então, o que diz o artigo 166 é a comissão de economia e finanças na câmara municipal. Então, vamos lá a apresentação das nossas metas. O nosso orçamento, nós tivemos uma previsão de receitas correntes de cento e sessenta milhões cento e dez mil reais, e a receita de capital vinte e um milhões oitocentos e noventa mil reais, que totalizava cento e oitenta e dois milhões de reais. Essa era a previsão orçamentária para 2018. As receitas correntes são todos os impostos que nós recebemos, vocês devem estarem estudando isso aí, os vereadores sabem. As receitas de capital são as receitas decorrentes das aplicações que o município faz. E nós realizamos com receitas correntes cento e sessenta e um milhões setecentos e quarenta e dois mil quatrocentos e três e oitenta e um. Então, deu uma diferença positiva aí de um milhão seiscentos e trinta e dois mil quatrocentos e três reais e oitenta e um centavos. Já em relação a receita de capital, como eu disse, vinte e um milhões, foram realizados somente nove milhões cento e oito mil seiscentos e noventa e nove e noventa e três. Uma diferença de doze milhões setecentos e oitenta e um trezentos zero sete, isso negativo. Então, a realizada foi cento e setenta milhões oitocentos e cinquenta e um cento e três ponto setenta e quatro. Isso foi a realizada que nós fechamos 2018. Uma diferença, aí já negativo, um déficit orçamentário, de onze milhões cento e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e seis ponto vinte e seis centavos. Então, a gente constata pelos dados acima apresentados, conclui-se que até o término do período analisado o total da receita foi cento e setenta oitocentos e cinquenta e um, ficou abaixo da meta de arrecadação prevista, que seria cento e oitenta e dois, e o déficit então de onze milhões cento e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e seis ponto vinte e seis. Basicamente o déficit foi aqui em relação as receitas de capital. A arrecadação de receitas correntes, que são os impostos, todas as transferências correntes, foi positiva. Mas, a receita de capital, que seria o que o município teria como as emendas parlamentares, que viessem decorrentes para o município, deixaram de vir, e nessas emendas quando vem o dinheiro também tem as aplicações. O município recebe uma emenda ou um projeto do governo federal para construir uma ponte, asfaltar uma rua,

construir casas, postos, escolas. Esse dinheiro vem, cai na conta, as vezes vem na totalidade dependendo do projeto, as vezes ele vem em parcela, e o município vai construindo, fazendo a obra também com um certo tempo, um leva até dois anos, e o dinheiro é aplicado. Então, isso é basicamente as maiores receitas de capital que nós temos. E houve uma falha nesse aspecto aí que o governo federal, desde quando assumiu o governo Temer, ele cortou os investimentos. Teve uma emenda, não sei se vocês acompanharam, e aí os investimentos cortaram. Então, as emendas ficaram muito difícil para o município. Então, nós perdemos a arrecadação nesse sentido. Então, a avaliação da equipe foi essa a principal, porque deu esse déficit orçamentário. Então, aqui é só mais um quadro para falar, que seria cento e oitenta e dois, a realizada cento e setenta, então um déficit de onze milhões. As despesas agora. Nós estávamos falando de receitas, estávamos falando de receitas, da arrecadação. Agora vamos falar de despesa. As despesas correntes que são aquelas do dia a dia que o município tem que fazer: pagar salários, a manutenção da máquina toda e os compromissos que ele tem, cento e cinquenta milhões quinhentos e um mil quatrocentos e cinquenta e cinco, isso foi o fixado no orçamento de 2018. O que foi liquidado, empenhado, muitos pagos, outros nem tanto, cento e quarenta e dois milhões seiscentos e cinquenta e um mil quatrocentos e cinquenta e dois e oitenta e três. Então, uma diferença de gastos de sete milhões oitocentos e cinquenta mil zero zero dois reais e dezessete centavos. Isso despesas correntes. As despesas de capital que foi o pagamento que teríamos com investimento para adquirir máquina, terreno, o previsto era vinte e três milhões, e rendimentos também, vinte e três milhões seiscentos e quinze mil novecentos e sessenta e três e oitenta e um. O que foi liquidado, dezenove milhões cento e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e três e onze. Então, uma diferença de quatro milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil noventa reais e setenta centavos. Então, entre despesas correntes e capital previsto cento e setenta e quatro milhões cento e dezessete quatrocentos e dezoito e oitenta e um, e a liquidada cento e sessenta e um oitocentos e dez trezentos e vinte e cinco e noventa e quatro, que perfez um montante ali de diferença de doze milhões trezentos e sete mil noventa e dois e oitenta e sete. Então, pelos dados acima apresentados, a gente conclui que até o término do período a despesa liquidada foi cento e sessenta e um milhões, ela ficou abaixo das metas de desembolso que estava estimada em cento e setenta e quatro. Da mesma forma, como o município não arrecadou o suficiente, também não gastou. Isso é um bom sinal. Aqui é mais um quadro só para ilustrar. Então, o mote nosso, o planejamento, é o grande princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal, o artigo 48 lá define como necessário “manter durante o exercício, na medida do possível, equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a deduzir ao mínimo os eventuais insuficiências de tesouraria”.

Isso é o mais difícil hoje na administração pública porque o que nós mais temos é gastos. A gente vai mostrar um pouco do que tem aqui. Então, o comparativo para tentar equilibrar aquilo lá: as receitas realizadas, cento e sessenta e um mil, as correntes, cento e sessenta e um milhões, aliás, cento e sessenta e um milhões setecentos e quarenta e dois mil, aqueles números que já passei; a de capital; que totalizou cento e setenta milhões oitocentos e cinquenta e um cento e três e setenta e quatro; as liquidadas, voltando, cento e quarenta e dois, com mais dezenove, que deu cento e sessenta e um. Então, a situação orçamentária ficou superavitária em nove milhões quarenta mil sete sete sete ponto oito centavos. Então, é um superávit orçamentário que nós tivemos, como já falei anteriormente, decorrente principalmente da falta de entrada de receita de capital. No orçamento, quando nós preparamos o orçamento de 2018, a gente já previa o déficit assim de repasse do governo federal. Então, a gente tentou fazer ao máximo um orçamento pé no chão, por isso que até a gente pode falar assim: nós prevíamos arrecadar cento e sessenta milhões e arrecadamos um milhão a mais. Mas, é essa a tônica nossa, nós vamos tentar fazer um orçamento, não vamos colocar uma coisa que vai ser inatingível, ainda mais nesse tempo de crise atualmente que nós estamos vivendo. Agora, como uma obrigação também que a gente tem que avaliar, a aplicação no ensino, que é uma obrigação do gestor apresentar isso e fazer as aplicações. Então, o total das receitas impostas, transferências que vem para a educação, o município arrecadou noventa e quatro milhões duzentos e cinco mil quinhentos e oitenta e oito ponto cinquenta e nove reais; e as despesas liquidadas com educação foram quarenta e dois milhões quatrocentos e cinquenta mil novecentos e seis reais e trinta e nove centavos. Então, a gente discrimina aqui no ensino fundamental, vinte e nove milhões quatrocentos e dezoito mil quatrocentos e nove noventa reais e vinte e oito centavos, ensino fundamental até oitava série, o nono ano que a gente fala hoje; educação infantil liquidado, onze milhões setecentos e quarenta e nove mil vinte e quatro reais e nove centavos, com a educação infantil para as crianças, as creches; educação de jovens e adultos, nós ainda tínhamos em 2018, não sei se dezenove vai continuar, cento e dezesseis mil cento e noventa e quatro reais e onze centavos; e despesas liquidadas do exercício anterior, um milhão duzentos e sessenta e sete cento e noventa e sete; nós temos as retenções do FUNDEB, que a gente tem a obrigação, se você arrecada, de fazer uma retenção para aplicar especificamente em equipamentos ou só em pessoal, as deduções, todas as deduções que nós fizemos deu trinta milhões sessenta mil novecentos e quarenta e um zero sete centavos; as despesas com FUNDEB, vinte e oito milhões novecentos e setenta e cinco mil seiscentos e quarenta e um e cinquenta; as despesas vinculadas ao FNDE, dois milhões seiscentos e oitenta e seis e três e quarenta e sete. Quando eu falo FUNDEB, talvez vocês... É um fundo de

desenvolvimento do ensino básico. Ele foi criado por vinte anos, vai vencer agora em 2020, a gente está esperando que o novo governo renove esse fundo porquê de acordo com o número de alunos cada cidade recebe X reais, e é com esse dinheiro que a gente toca a educação. Aqui em Barra do Garças nós temos seis mil quinhentos e oitenta e poucos alunos no ensino fundamental, em creches mais um outro tanto. Então, por isso que a gente tem esses valores aqui. E o FNDE que é o fundo de desenvolvimento da educação, que manda dinheiro para comprar equipamentos, livros e alguns materiais. E outros deduções que nós tivemos aqui. Vou pedir ajuda universitário aqui. Igor, você pode vir aqui, por gentileza, tentar abrir essa tela? O dado mais importante está ali escondido e eu... Vamos ver se conseguimos abrir essa tela aqui. Então, eu estava falando aqui outras deduções. Nós temos a obrigação constitucional de aplicar em educação 25%. Os gastos que o município fez nós fizemos os cálculos aqui, que seria o B, que seria o total de despesas liquidadas, mais o C, que é a retenção do FUNDEB, menos o D, que é os trinta e dois milhões, nós chegamos num valor aqui de vinte e três milhões que nós aplicamos. Quando eu digo esse valor de vinte e três milhões desse total, esses vinte e três milhões são da receita própria do município. Então, essa dedução aqui, dos trinta e dois milhões, são o que o FUNDEB manda, que o governo federal manda, que o governo do Estado manda. Mas, o município tem que colocar vinte e três milhões, no mínimo 25%. Então, o que nós aplicamos deu isso aqui: vinte e três milhões setecentos e onze mil quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos. Então, o índice chegou a 25.17, pouco acima do mínimo exigido, isso não é bom porque... Mas, é uma realidade que o município teve esse ano e vai continuar tendo, que é a dificuldade da arrecadação própria, os investimentos. Nós agora vamos planejar, estamos planejando em 2019 da gente mudar um pouco o foco e verificar como vai ficar essa melhor aplicação no município. Então, já estou falando aqui, o artigo 212 fala que nós estamos obrigados, todo município é obrigado a aplicar 25% da receita resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Então, o quadro anterior demonstrou que no final do período analisado a aplicação em educação foi de 25.17, que foi cumprido o referido dispositivo legal. Então, 25.17 da arrecadação própria, do IPTU, ITBI, ISS e as taxas. Então, o município aplicou, do que ele arrecadou, vinte e três milhões que deu esse valor aqui de 25.17. Agora, uma outra realidade que é da saúde. O valor de receita de impostos da saúde, todas, noventa e quatro milhões duzentos e cinco mil quinhentos e oitenta e oito ponto cinquenta e nove centavos. Isso aqui todas as receitas para a saúde que a gente arrecada. Total de despesas realizadas no exercício, setenta e um milhões duzentos e noventa e seis quinhentos e cinquenta e sete reais e dezenove centavos. Desse total, isso aqui foi tudo que nós gastamos, o município gastou com a saúde. Então, a gente faz a dedução,

recursos SUS, que é a fonte cento e quatorze, em 2018 era essa fonte, e cento e quarenta e dois. Em contabilidade pública a gente trabalha com essas fontes, isso aqui agora mudou, a secretaria do tesouro nacional mudou, é outra numeração. Então, os repasses do governo federal, do governo do Estado, foram quarenta e um milhões trezentos e setenta e seis mil quinhentos e onze e quarenta e cinco. Então, esse foi o repasse. E o total gasto com recursos próprios, porque se você pegar isso aqui e dividir, um menos o dois, vai dar vinte e nove milhões novecentos e vinte mil cinquenta e cinco reais setenta e quatro centavos. Então, da receita própria do município, ele gastou esse valor aqui: vinte e nove milhões, que dá um total de 31.76 aplicado na saúde. Aqui está o valor mínimo que é obrigatório de 15%, e o percentual a maior foi de 16.86. Aí está também uma das explicações porque na educação foi um índice quase o mínimo legal, foi o mínimo legal, vamos dizer assim, porque nós também tivemos que gastar muito na saúde. Todos já sabem, não é desculpa, o nosso município é uma regional, nós temos o hospital aqui, a UPA, e cada vez mais é exigido. A população nossa aumentou, nós tínhamos cinquenta e oito, cinquenta e sete mil habitantes quando começou o primeiro ano governo Roberto Farias, agora nós temos mais de sessenta mil, sessenta e um mil, sessenta e dois mil quase habitantes. Então, nós estamos gastando muito com a saúde e, por isso, que está consumindo recursos do município, e deixando de investir em alguns locais. Então, só para recordar, reforçar, de acordo com o artigo 198 da Constituição, como eu disse, combinado com o parágrafo primeiro do artigo 77 da DCT, atos das disposições constitucionais transitório, o município deve aplicar em ações básicas de saúde no mínimo 15% das suas receitas provenientes de impostos. O quadro acima demonstra uma aplicação de 31.76, evidenciando assim o cumprimento da legislação. Um outro parágrafo que faço é que como o município tem que gastar no mínimo 15%, a União tem que repassar 7% do que ela arrecada para os Estados e para o município, e o Estado tem que gastar 12%. Só que o Estado não tem cumprido, isso desde o governo Sinval, passou pelo governo Taques, e nós ainda estamos com um déficit, um haver com o governo do Estado de nove milhões de reais, que eles não repassam dentro daquelas fontes que nós... Aqui dentro dessas fontes aqui dos quarenta e um milhões deveria ser mais. Se viesse mais talvez a gente baixaria ali, mas, como nós não podemos deixar de atender, fazer os procedimentos que são necessários, nós temos que atender o cidadão. Uma outra avaliação que a gente tem que fazer, que está dentro dos preceitos de responsabilidade fiscal é avaliar.... Aí Igor, vou precisar de você de novo, você pode ficar aqui. É em relação ao gasto com pessoal. Nós sabemos que temos a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela foi criada no ano de 2000 para tentar equacionar a questão dos gastos no município. Os gestores antes gastavam como eles queriam

ao fazer o orçamento. Agora não, ele tem um mínimo legal para ser gasto com servidor, ele tem o mínimo legal para ser gasto na educação. Então, aqui em relação ao gasto com pessoal, a gente faz esse cálculo a partir da receita corrente líquida. Ou seja, então, lembrando lá, a receita corrente líquida do município, a arrecadação própria, os repasses, tanto do Estado, de impostos, e da União também, não só do Estado, foram cento e sessenta e um milhões setecentos e quarenta e dois mil quatrocentos e três reais e oitenta e um centavos. Nós gastamos nesses doze meses de 2018, setenta e oito milhões trezentos e quarenta e sete mil cento e vinte ponto quarenta e sete com pessoal, pagamento dos servidores ativos, aposentados. O percentual aplicado deu 48.44% da receita corrente líquida. Aqui estão os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o artigo 20, inciso terceiro, fala que o máximo que o município pode gastar é 54%, então nós já estamos aqui aproximando. O limite, e aí a lei ainda fala mais, tem o limite prudencial, ela vai dando, esse quadro aqui a gente faz todo mês e manda para o tribunal de contas e eles vão acompanhando, tudo *online* hoje. Quando a gente chega nesse limite prudencial, aliás, no limite de alerta, no sistema já fica piscando lá amarelo, 48.6, esse é o limite de alerta, o tribunal já manda um alerta: oh prefeito, você tem que fazer alguma coisa porque você está chegando já perto do limite. Quando chega nesse aqui, ele já tem que tomar atitudes drásticas mesmo, cortar pessoal, comissionados, ele tem que fazer demissão de contratos, ele não pode pagar hora extra, indenizações, férias, essas coisas. E se chegar aqui, aí ele perde, inclusive a lei fala que deixa de receber, o governo federal não manda mais alguns recursos, FPM, ele vai deixar de receber isso aí. Então, o município no ano passado ficou com 48.44% em relação ao percentual mínimo. Isso a gente fala porque ainda tem um detalhe, nós temos aqui em relação aos gastos com a saúde, o pagamento de médicos, fundo nacional de saúde, conselho nacional de saúde, ele fez uma resolução falando que os médicos, a título de pagamento, poderiam ser contabilizado como indenização. Então, ele não entra, muitos médicos hoje de Barra do Garças, a maioria, eles não entram, o pagamento deles, como folha salarial, é indenização. Aí não conta, não entra nesse cálculo, porque se fosse entrar nesse cálculo nós já estaríamos superando muito esses cinquenta e quatro. Só que o tribunal de contas, ele... Deixa eu ver se tem a resolução aqui. O tribunal de contas no final do ano passado, mais precisamente no dia 19 de dezembro, ele através de uma resolução de consulta decidiu que em relação a plantão, pagamentos de médicos, agentes de saúde, todos esses que falei, deve ser computado como pagamento de folha salarial. E aí ele determinou, os municípios que ainda estiveram usando esse expediente vai se adequar. Então, esse ano Barra do Garças vai ter que se adequar, e eles falaram que decidiram isso lá, e já falou que eles fizeram a modulação, e os plantões médicos. Porque nós aqui, a maioria

dos médicos que trabalham no pronto-socorro e na UPA, no hospital, eles trabalham em forma de plantão. Então, são altos salários porque eles tiram plantão toda hora, e aí eles modularam. Então, 2019 se tiver, com certeza quando nós mandarmos as contas nossa de 2018 lá para ser analisado, eles vão ver que tem lá indenização, plantão médico. Aí eles vão analisar e falar: olha, vocês ultrapassaram o limite lá determinado porque nós decidimos isso, só que vocês não vão ser penalizados. Mas, 2019 nós não podemos fazer mais isso. Embora, a Associação Mato-grossense dos Municípios, a AMM, está entrando na justiça para que a justiça decida isso, porque isso vai pesar muito para os municípios, porque todos os municípios usam esse expediente para pagar os médicos como plantão, porque se for pagar como salário é uma disparidade porque nenhum médico quer ganhar o salário do servidor normal. Ele sempre acha que é um trabalho de excelência, salva vidas, então nenhum médico quer ganhar mais de dez mil por mês. Aí se nós colocarmos todos os salários e os plantões deles, que geralmente chega a treze, vinte mil reais, então não tem como, aí a folha estoura e vai ser quase que 100% da arrecadação. Então gente, essa é a primeira parte dos quadros que nós apresentamos. Agora vou apresentar os anexos. Eu fiz assim de uma forma bem simplificada em forma de *slide*, mas, nós vamos mostrar os anexos agora que a gente apresenta lá para o tribunal de contas, como que sai no programa da prefeitura, só um minutinho. Janjão, faz favor aqui! Vê se você consegue colocar aqui. Gente, nós estamos com um pequeno probleminha técnico aqui, eu ainda tenho que demonstrar aqui as peças que a gente manda lá para o tribunal, que é do programa nosso. Basicamente são as mesmas que falei aqui resumidamente no *Power Point*, mas, eu gostaria de passar e aí a gente abre para perguntas, alguns esclarecimentos. Só um minutinho! Gente, vamos só para nós passarmos para essa última parte da apresentação, peço desculpa a vocês pela questão técnica. Esse aqui é o quadro que queria mostrar para vocês da receita corrente líquida do município, para vocês terem uma ideia de todas as receitas correntes líquidas, aqui está mês a mês até dezembro. Então, a receita corrente no mês de janeiro foi treze milhões novecentos e um mil duzentos e noventa e oito reais e trinta e três centavos, e aqui são os impostos, taxas e contribuições de melhoria, que são o IPTU, ISS. Olha aqui, quatrocentos e dezessete mil em janeiro, IPTU; ISS, um milhão e quatro; ITBI que é o imposto de transmissão de bens e imóveis, cento e cinquenta e sete mil; imposto de renda retido na fonte, trezentos e cinquenta e quatro mil; outros impostos, noventa e um mil e dezenove; contribuições, cento e sessenta mil; receita patrimonial, sessenta e nove mil seiscentos e quarenta; rendimento de aplicação financeira, trinta e nove mil; transferências correntes, onze milhões cento e setenta e um mil trezentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos; aí a cota-parte do FPM, que é o Fundo

de Participação dos Municípios, dois milhões sessenta mil novecentos e quarenta e seis; a cota-parte que o município tem direito do ICMS que o Estado arrecada, dois milhões setecentos e quarenta mil; a cota-parte do IPVA que todo mundo paga do seu veículo, o município tem 40%, então quatrocentos e quarenta e três mil novecentos e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos; a cota-parte do ITR, que é o imposto transmissão rural, trezentos e oito mil setecentos e vinte e setenta e oito; as transferências da Lei Kandir aqui, é uma vergonha, nove mil, tem mais uma outra aqui, dezoito mil, é uma transferência em relação, o Estado não cobra ICMS dessas importações, aí vem essa compensação aqui ridícula; as transferências do FUNDEB, dois milhões duzentos e quarenta e um mil; outras transferências; então, no final deu doze milhões setecentos e oitenta e oito mil, isso aqui do mês de janeiro. Aí de fevereiro da mesma forma. Pode descer só no final aqui no mês a mês. Então, doze milhões; aí março melhorou um pouco a arrecadação, quinze milhões; em abril, doze; em maio, treze, aqui é onde o município recebe o IPTU, treze milhões; doze; treze; onze; aqui nós tivemos um aumento, volta lá, outubro nós tivemos aqui dezesseis milhões, foi o mês que nós arrecadamos mais e também dezembro. Vamos ver lá onde que foi, transferências dezessete milhões, pode voltar pra frente. Então, outubro e dezembro foi quando o município arrecadou dezesseis milhões de receita corrente, que totalizou cento e sessenta e um milhões setecentos e quarenta e dois mil quatrocentos e três e oitenta e um, e foi nisso que baseamos todos esses cálculos que fizemos aqui. Aqui também está mês a mês a despesa, já que nós tivemos a arrecadação da receita corrente líquida, a despesa com pessoal assim detalhado do quadro: cinco milhões a despesa bruta com o pessoal ativo; vencimentos e obrigações, despesas variáveis foram quatro milhões quinhentos e noventa e nove; as obrigações patronais do município, um milhão cento e vinte e três; e a despesa líquida então deu quinhentos e sessenta e dois; mês a mês, seis milhões, seis milhões, seis novecentos e quatro, e vai, pode ir passando pra frente, até chegar nos setenta e oito milhões. E aí a gente faz aquele cálculo para chegar aqui na apuração, cento e sessenta e um milhões, setenta e oito milhões com pessoal, deu 48.44, já perto do limite de alerta que o município tem. Então, esse aqui é o quadro que a gente repassa para o tribunal de contas para efeito de verificação e fiscalização. Esse aqui é o mesmo quadro, só que detalhado já do terceiro quadrimestre, mas, a gente faz dos doze meses. Então, só repetindo, 48.44 a despesa com pessoal. Aqui é um resumo também da dívida consolidada do município, que são os investimentos que nós fizemos, os empréstimos, dívida consolidada quatorze milhões seiscentos e quarenta e um mil, 9.5%. O limite definido pelo Senado Federal de acordo com a receita corrente líquida do município, a gente pode ter 120% da receita que daria cento e noventa e quatro milhões e uns quebrados aqui, mas, o município só tem

como empréstimo e financiamento quatorze milhões. As garantias, nesses empréstimos e dívidas nós não precisávamos fazer garantias, nós não fizemos nenhum para dar garantias nesse sentido. As operações de créditos nós não fizemos nenhuma operação de crédito, pegamos empréstimo agora em 2018, essa dívida aqui já vem de outros períodos. Se nós fizéssemos operação de crédito poderíamos pegar até vinte e cinco milhões, é o limite prefeitura de Barra do Garças, que a gente manda quando vai fazer essa operação de crédito para pegar dinheiro no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica, a gente manda o orçamento, a receita corrente líquida, as previsões que a gente vai fazer, manda os três últimos anos e eles analisam e aí definem: Barra do Garças pode ter 16%, então vinte e cinco milhões. Nós não temos nenhum desses valores aqui. Aqui nós temos uma inscrição em restos a pagar não processados no exercício, que seria um milhão trezentos e noventa e quatro mil e alguns quebradinhos, cento e cinquenta e três reais, e eles não foram processados no exercício e vão ficar para posteriori isso aí. Pode fechar esse. Acho que os outros são os mesmos. Então gente, esses aqui são os números dos quadros que nós assim apuramos em relação ao terceiro quadrimestre de 2018, o que o município arrecadou, o que gastou, como está a equipe, vamos dizer assim, a equipe econômica lá da administração acha que está apertado, mas, nós ainda podemos melhorar e vamos ter que fazer isso porque cada vez mais os repasses serão menores, a exigência de prestação de serviços é enorme, tanto na educação, na saúde, nós não podemos deixar de assistir o cidadão de Barra do Garças. Então, nós vamos tentar fazer a partir desse ano um orçamento bem mais factível, mais real, próximo. Nós temos muitos problemas aqui dentro para resolver, temos a questão salarial de servidores que reclamam e com razão, o município está devendo um aumento, melhorar as condições de trabalho dos servidores em relação a salário, nós estamos trabalhando duro para isso. Então, esse ano vai ser um ano de ajustes para que o ano que vem a gente possa fazer e dar, tanto para os servidores quanto para a população, uma melhor performance. Mas, analisando os números a gente, e eu estou falando isso em relação ao orçamento, Barra do Garças ainda está dentro dos limites constitucionais, ainda dá para sobreviver ainda em relação aos outros municípios. Nós precisamos agora atrair mais empresas para cá para que todos possam contribuir. A nossa economia aqui é basicamente serviço e comércio, nós não temos indústria. Então, nós temos que desenvolver a indústria do turismo, outros tipos de indústria, isso a administração está procurando fazer, procurando atrair mais empresas, trazer mais empregos. Mas, não depende só do município, depende do Estado, depende do desenvolvimento da economia em geral. O que nós observamos é que todos vão ter que pagar um preço. Nós estamos vendo aí a nível nacional a reforma da previdência que o governo federal vai fazer, vai impor para a sociedade, de

alguma coisa nós vamos ter que contribuir. Então, esse é o quadro. Eu agora abro, vamos abrir um tempo aqui, nós já estamos caminhando para o final da audiência, vou abrir aqui, se vocês tiverem alguma pergunta, questionamento. Gladys fica aqui para levar o microfone! Gostaria que a pessoa só identificasse o nome porque nós estamos gravando a audiência, então se tiver alguma pergunta e se eu puder esclarecer, eu agradeço. A senhora Edina Gomes da Silva, conselheira do Barra-Previ, diz: Boa noite secretário! Meu nome é Edina, estou aqui representando o conselho do Barra-Previ. Eu gostaria de perguntá-lo como está o planejamento do concurso público no município? Quais são os avanços que houveram desde o final do ano passado? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Bem, em relação ao concurso público, a administração está trabalhando para ver se consegue realizar esse ano. Logicamente, como eu já disse, tem a questão salarial. Nós primeiro temos que resolver, equacionar, a questão salarial senão não vamos atrair nenhum interessado no concurso. O que eu posso adiantar é que na área da educação para professores está bem mais adiantado, nós vamos realizar o concurso público. Lembrando que como nós agora só trabalhamos com ensino fundamental, então do primeiro ao nono ano e creches, então essa área mais contemplada serão professores do normal superior e pedagogia. Nessa área acho que vamos realizar. Por que está adiantado? Porque eles têm já uma garantia de uma remuneração melhor, enquanto os outros servidores nós ainda temos que equacionar essa questão salarial, como eu já disse aqui anteriormente. O senhor Magno Danilo diz: Boa noite secretário! Eu sou o Magno, aluno da UNIVAR do quarto ano. Gostaria de perguntar em relação a folha de pagamento, que eu vi que a Lei de Responsabilidade Fiscal estipula 51%, não é, e vocês atingiram 48% que deu setenta e oito milhões com gasto de folha de pagamento, quase oitenta milhões de reais. A gestão tem alguma preocupação com esse valor, com esse montante ou acha normal esse gasto com folha de pagamento? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Acho que é um dos casos que assim mais preocupa o município, principalmente porque nós temos um grande número de servidores, creio que mais de dois mil servidores, e todos eles estão trabalhando na administração de uma forma ou de outra. A questão é essa, nós estamos entre a cruz e a espada. Você presta o serviço ou você sofre as consequências, principalmente na área da saúde. Na área da saúde nós temos um grande número de servidores e na educação também, como eu disse nós estamos... Então, o salário da prefeitura de Barra do Garças, a média salarial é muito baixa ainda. Nós temos um grande número de servidores. Nós estamos tentando, vamos fazer, equacionar isso aí, como que nós, a maior dificuldade nossa é como que prestar um bom serviço com um menor número de servidores possível. Então, isso já é uma determinação do prefeito, foi falado, nós fizemos essa avaliação já no final do

ano, começamos esse ano ainda tem muito servidor porque não tinha como parar a questão do serviço, e muitos contratados inclusive, não é, muitos contratados, e aí a gente quer equacionar isso. A preocupação é tangente, está aí porque nós estamos atingindo já o limite de alerta, aí quando nós chegarmos naquele limite lá, nos 48.80, já vai ter que parar de pagar hora-extra, embora a gente não pague, só o necessário mesmo, a fazer algumas concessões. Depois terá que diminuir os cargos comissionados. Depois os contratos. E depois, se não baixar ainda, se aumentar, por isso que é essa relação, nós estamos com setenta e oito milhões, 48.6, e ainda com o salário baixo, a média hoje, quase 80% recebe um salário mínimo, oitenta não, mas uns 60% recebe um salário mínimo, a grande maioria dos servidores. A senhora Joaneluzia diz: Mauro, meu nome é Joaneluzia, sou professora da UNIVAR. Eu gostaria só de perguntar para você qual o percentual de concursados em relação aos contratados? É um número elevado ou está na meta? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Não, hoje eu não tenho esse número assim de cabeça pra você para falar. Mas, está uma questão de 30% dos nossos servidores são contratados e comissionados, 70% são os efetivos. Aí quando fala o pessoal está o pessoal também aposentado junto. O senhor Diego Gonçalves diz: Boa noite secretário! Eu sou o Diego, acadêmico do curso de ciências contábeis do Centro Universitário do Vale do Araguaia. E eu tenho uma pergunta a respeito ao gasto com saúde. Existe alguma margem de erro em valores sobre esse percentual com base na receita operacional? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Uma margem de erro? Eu não entendi! O senhor Diego Gonçalves diz: Porque eu fiz um cálculo aqui da receita em relação aquele percentual e constatei que não está batendo o valor que deu aqui na minha calculadora com o valor que estava no *slide*. Se não me engano, está faltando oitocentos e poucos aí no *slide*. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Vamos lá! O cálculo que você está falando talvez pode ter... oitocentos e poucos mil? O senhor Diego Gonçalves diz: O gasto com saúde. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Você está falando o gasto próprio nosso? O senhor Diego Gonçalves diz: Exatamente, tem o percentual de 48,44%, tem um *slide* aí que mostra esse dado. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Não, aí não é saúde não. Estou falando, o *slide* que eu apresentei foi esse aqui, oh! Olha aqui, noventa e quatro milhões, esse aqui foi o gasto. Nós demos uma revisada nesses cálculos aqui. Quarenta e quatro é em relação ao pessoal, não é não? O senhor Diego Gonçalves diz: É, se tiver como constatar, eu posso ter me enganado sobre o gasto. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Volta lá! Esse aqui foi com educação, vinte e cinco. Volta lá o pessoal, vamos lá no pessoal. O senhor Diego Gonçalves diz: É isso aí mesmo, esse gasto com pessoal mesmo. O senhor Mauro

Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Ah tá! 48.44. Então, essa aqui é a receita corrente líquida, o total. Está faltando dinheiro aqui que você está falando? Não dá quarenta e oito? O senhor Diego Gonçalves diz: Exatamente! O 48% de quarenta e quatro com relação a receita corrente líquida, o total dá setenta e oito milhões trezentos e quarenta e oito mil e vinte e quarenta centavos. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Ah, então está faltando aqui mil e poucos reais, não é? Eu até vi um detalhe na... Você falou trezentos e quarenta e oito mil, então deu mil e poucos, é que tem uma dedução aqui que faz. Olha, esse valor aqui talvez pode ser que haja aí um erro, uma margem, mas, nós vamos conferir. Mas, eu agradeço a sua observação. Então pode ser. Mais alguma observação você queria fazer? Não, só isso, não é. Então está bom. Mais alguém? A senhora Edina Gomes da Silva, conselheira do Barra-Previ, diz: Secretário, Edina novamente. Uma das preocupações grandes do Barra-Previ é em relação ao número alto de contratações no município. Foi dito em audiência pública o ano passado que o Poder Executivo ia verificar esse número e tentar reduzir, só que vieram vários projetos para essa Casa de Leis com mais de mil e quatrocentos contratações, todas aprovadas por esta Casa, e isso indica que o Poder Executivo não está, pelo menos em tese, com intenção de reduzir esses contratados. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Não, a intenção existe Edina. O que não pode é porque quando você fala mil e quatrocentos já existia esse número praticamente no mesmo ano, já existia esse número aí de pessoas. Agora o que tem surgido, o que surgiu mais é serviços. Nós estamos abrindo mais duas unidades, duas UBS, unidade básica de saúde, mais uma creche, e esse pessoal já está trabalhando por aí, está trabalhando na UPA, aumentou a prestação de serviço lá na unidade de pronto atendimento, então todos os serviços estão aparecendo. Eu já fiz a recomendação para a secretária de saúde: oh, você tem que deixar de prestar serviço. Falou: como que vai deixar? Então, todo dia, o ministério público fala que nós temos que construir um centro de atendimento aos idosos aqui, então nós colocamos no orçamento, está lá. Então, vai aparecendo os serviços e você tem que contratar as pessoas já que... O concurso para você fazer, eu estou fazendo o levantamento já para suprir essa necessidade do Barra-Previ que é premente, a gente sabe que existe, que tem muito contrato e o contrato o dinheiro não vai para o caixa do Barra-Previ, para o fundo de previdência municipal próprio, vai para o INSS. Nós já estamos fazendo o levantamento, por isso que estou falando na educação vai ser, gostaria de fazer junto todo o concurso, mas, a educação vai ser a primeira contemplada porque nós temos condições de equacionar essa questão salarial, porque tem a arrecadação própria da educação. Da saúde já não tem. Por que? Porque os procedimentos são muito caros. Os procedimentos, a gente gasta muito com insumos, com equipamentos, aí fica

difícil o dinheiro que vem da saúde só suprir, por isso que nós estamos colocando o nosso dinheiro todo de vocês muito na saúde, e deixando de aplicar, dar um aumento para o servidor. Então, nós vamos ter que equacionar isso. A secretária está se esforçando para fazer esse tipo de coisa. Em relação, por exemplo, o médico nós estamos agora tentando contratar o médico como pessoa jurídica, essa é uma possibilidade agora que nós vamos fazer e eles estão aderindo a isso porque eles vão deixar de sair da folha de pagamento. Aí nós vamos poder, por exemplo, dar o aumento para o servidor com o tempo, isso demanda uma certa necessidade. Mas, o básico é esse, nós temos o serviço, tem que prestar e aí não tem como deixar porque senão o prefeito: ah, não vou prestar o serviço, vou só atender a demanda do servidor agora e não vou contratar, aí ele vai ser cobrado de outra forma também. Então, o gestor sempre fica com essa espada na cabeça, o que ele tem que fazer. Mas, a tendência eu digo pra você que é diminuir, até porque nós estamos chegando nesse limite aí e não tem como mais fazer. Como eu disse, a resolução do tribunal está falando que esse ano ele não pode mais incluir os médicos lá, não vai ser mais indenização. Como que o gestor vai fazer? Então, ele vai ter que diminuir de toda forma. Isso aí é, esses números que apresentei são de 2018, nós vamos ver agora daqui mês de maio eu já estarei novamente aqui, aí nós vamos avaliar como que vai estar em relação ao pessoal, e com certeza já passei para o gestor, o prefeito, essa realidade e ele vai tomar as providências porque senão quem sofrerá as maiores consequências, além da população que vai deixar de ter o serviço porque vai ter que demitir muita gente, serão os próprios cidadãos, a própria comunidade. Mais alguém? Pois não! O senhor Willian diz: Boa noite senhor secretário! Eu sou Willian, acadêmico do terceiro ano do UNIVAR de ciências contábeis. Gostaria de fazer dois questionamentos a vossa senhoria. Um é em relação a arrecadação, em um dos anexos percebi que o setor da agropecuária, indústria e, salvo engano, setor do comércio não tem arrecadação nenhuma. Gostaria de saber o porquê o município não arrecada nada desses setores da atividade? E um outro questionamento seria em relação ao IPTU, eu percebi que no trimestre março, abril e maio existe uma arrecadação acima do que é o padrão. Eu gostaria de saber o porquê nesse trimestre existe uma elevação da arrecadação em cima do IPTU? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Certo. Em relação aquele quadro lá que você bem observou é porque uma dedução que se coloca lá, arrecadação com agropecuária ou indústria ou comércio. Mas, é porque nós não temos, são alguns impostos que, por exemplo, IPI, o governo federal arrecada dele mesmo e a gente recebe só uma cota-parte lá. Do comércio, por exemplo, nós não temos nenhuma receita, aí ele vem no cota-parte do ICMS. Da indústria, da agropecuária, nós temos agora o ITR, se você observar lá na receita ele vai estar lá, embora não está lá na agropecuária, mas está

o ITR, que essas aqui são as receitas próprias: ITBI, IPTU, ISS e tem o IPVA e o imposto de renda dos servidores que fica retido. E essas receitas aqui industrial, agropecuária, são dos serviços. O serviço é o ISS, ele está aqui. Aqui oh, ICMS, então está a cota-parte aqui do ICMS que nós recebemos do Estado. E aqui é o IPVA. O ITR está aqui, trezentos e oito mil só em janeiro, depois vai diminuindo, diminuindo; duzentos e trinta e sete mil aqui; dois milhões aqui; quinhentos e quarenta mil, e essa diferença decorre da questão da receita, o município passou a arrecadar mais ITR, a fazer parte porque antes era um imposto só federal, agora é do município e nós fazemos a cobrança, só que a receita federal que tem que passar para o município quais são as áreas que ele vai atuar, então eles demoram passar, aí a partir disso depois que a gente arrecada. Então, eu creio que a grosso modo é isso. Está aqui o ICMS do comércio. Está aqui o FPM que nós recebemos uma cota-parte do IPI que vem junto lá. Aqui é do ITR. Então, é só para... eles mudaram a classificação das receitas, porque a nossa receita própria é essa aqui. E em relação ao IPTU é porque a gente arrecada mais, geralmente é cobrado no mês de fevereiro ou março, é quando faz o lançamento, o município faz o lançamento e aí distribui para a população pagar, distribui nas casas. Então, é quando a gente arrecada mais, é março e abril. E se você olhar nas receitas do IPTU aqui, janeiro, teve uma época que nós fizemos aqui, se não me engano, no mês de maio, umas campanhas de arrecadação, porque a grande parte, nós temos uma inadimplência grande de IPTU aqui no município, embora nós temos lá uma procuradoria fiscal efetiva que faz a cobrança, mas a justiça estadual determinou para a gente que menos de dois mil reais a gente não pode cobrar mais, eles não aceitam fazer a cobrança, a gente entrar com uma ação judicial. Então, a gente fica aguardando o IPTU, o IPTU é cem reais, duzentos reais, o cara não paga um ano, dois, três, dá seiscentos reais. Então, a gente não pode cobrar, tem que esperar dar dois mil, quase quatro, cinco anos, e aí se chegar no quinto ano, no sexto ano perde um. Então, a gente tem que esperar chegar nesse período e aí a gente não arrecada. Aí o que o município faz? Manda um projeto para a câmara, pede que a câmara aprove que a gente vai dar um desconto de 50% da multa, nos juros, ou 100% de juros e multa, e chama o cidadão: vamos contribuir. Aí é quando tem essas campanhas, principalmente aqueles que já estão ajuizados, tem muitas ações ajuizadas, aí as pessoas vão e fazem o pagamento, quando a gente faz uma arrecadação maior. Isso é interessante, aí a gente pode até constatar que vale a pena sob um aspecto. Mas, o tribunal de contas cobra bastante da gente isso, vai dar isenção, vai dar 100%. Nós aumentamos a alíquota agora do IPTU desse ano, no ano passado foi aprovado aqui na Casa de Leis o aumento, mas, também foi feito um desconto. Então, aumentou, mas também houve um desconto de 50%. O idoso tem o desconto também de 60%. Então, todos esses valores a gente tem que

saber organizar para quando chegar no final do ano falar assim: valeu a pena fazer a campanha ou não. Às vezes a gente dá uma isenção. Eu particularmente sou contra fazer esse tipo de proposta. Acho que é tão pouco assim a contribuição, quando você olhar isoladamente IPTU. Eu sei que todo cidadão, está todo mundo arrojado. Mas, o município também está arrojado. Então, eu olhando com a cabeça de gestor e de quem pensa que tem que arrecadar e tem que cumprir as metas, arrecadar, e tem que gastar, então acho que todo mundo deveria contribuir. Mas, aí cada um sabe onde o sapato aperta e vai tangenciando e procurando sobreviver da melhor forma. Assim também o município faz. Mais alguma pergunta? Pois não! O senhor Kessley Ronniely diz: Boa noite secretário! Eu sou o Kessley, acadêmico do quarto ano de ciências contábeis da UNIVAR. A minha dúvida é sobre a folha de pagamento, são setenta e oito milhões gastos anualmente, não é. Desses setenta e oito milhões, na audiência do ano passado, o senhor disse que seriam dois mil e quatrocentos servidores, continua o mesmo valor aproximadamente esse ano, correto? Desses dois mil e quatrocentos, o senhor disse agorinha que 60% deles recebem em torno de um salário mínimo, certo. Então, se 60%, que é aproximadamente mil e quatrocentos, recebe um salário mínimo, vai dar um valor em torno de um milhão e novecentos mil reais. Eu queria saber então se esse resto dos setenta e seis milhões estão sendo distribuídos para apenas 40% do restante dos servidores. É isso mesmo? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Não, esse cálculo seu aí. O senhor Kessley Ronniely diz: Às vezes eu posso ter me equivocado. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Está extremamente. Um milhão e quatrocentos por ano? O senhor Kessley Ronniely diz: Não, isso é em cima do setenta e oito milhões que fiz o cálculo, certo, porque são dois mil e quatrocentos servidores, 60% recebe um salário mínimo, então dá um mil e quatrocentos servidores, não é, aí eu fiz vezes o salário mínimo e deu esse valor. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Aí você tem que multiplicar por treze, toda a folha de pagamento é anual, não é mensal. O senhor Kessley Ronniely diz: Sim, anual. A minha dúvida não é sobre só o valor, mas sim em relativo ao que o senhor falou que 60% recebe um salário mínimo só. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: É, mais ou menos. Não, mais ou menos é isso mesmo. Nós temos um grande número de servidores apoio administrativo, um grande número, todos, a maioria dos contratados, 90%, eu não sei, tirando o pessoal da saúde nível superior, médio e apoio é um salário mínimo, então por isso que estou falando isso. Mas, dá mais, 40% não... Agora os médicos, os médicos nós temos um grande número de médicos aqui, eles trabalham em regime de plantão, então geralmente os médicos, e eles podem ter dois empregos, então tem médico que ganha trinta mil por mês. São esses os

valores. O senhor Kessley Ronniely diz: Tudo bem então! O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Pronto gente? Só, você estava lembrando, nós tivemos aí, está até ali no quadro, nós fizemos em 2018, nós tivemos quarenta e seis por cento e alguma coisa de gasto com pessoal no primeiro quadrimestre de 2018; no segundo foi quarenta e sete; e nesse terceiro foi quarenta e oito. Então, nós tivemos aí um aumento, de um quadrimestre para o outro, sempre de um por cento. Está aumentando aí, por isso que eu estou falando assim: o aumento de servidores foi pouco relativo, o que aumentou mesmo foram os valores dos serviços que estão colocados aí. Gente, eu gostaria então de agradecer a presença de vocês mais uma vez, que abrilhantaram essa audiência pública de demonstração dessa avaliação das metas fiscais. Eu espero assim que tenha sido esclarecedor para vocês. Eu estava falando com o coordenador do curso, professor, aliás, que se soubesse a gente ia preparar assim em relação ao orçamento como que a gente faz exatamente, porque esse é só um aspecto, umas peças, de todo o orçamento do município. Mas, como eu disse para vocês, nós vamos fazer a audiência pública para elaborar a LDO no dia 20 de março, nós vamos fazer aqui na câmara municipal às 19h30. Então, sintam-se todos convidados. E a gente vai trabalhar mais assim como nós vamos realizar a LDO. Nós já temos algumas sugestões, vamos apresentá-las aqui, e aí a gente vai ver, vai dar uma analisada e preparar essa peça. Eu conto com a colaboração de vocês, está bom! Então, eu agradeço a presença de todos, os questionamentos, espero vê-los aqui mais, porque em maio nós estaremos aqui novamente apresentando esses dados para verificar como o município está tratando suas contas. Conto com a presença de todos. Obrigado! Uma boa noite. Declaro encerrada essa audiência pública de avaliação do demonstrativo das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2018. Boa noite a todos! Registra-se que a assinatura de todos os presentes foi colhida no Livro Próprio de Frequência de Audiência Pública.